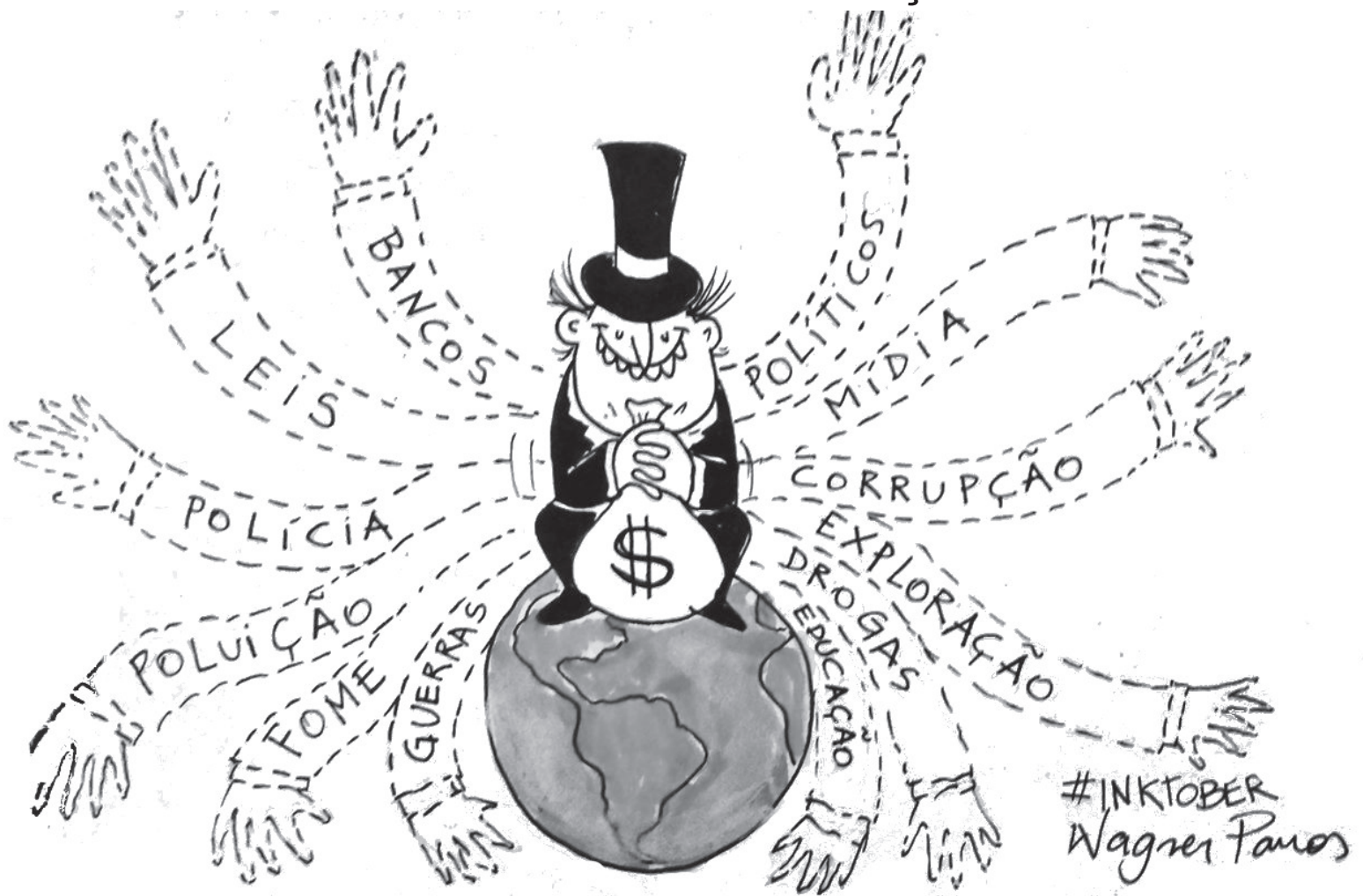


Jornal ECO

Edição 06 - Inverno de 2018



As comunidades da metade sul do RS contra a Mineração - Pag. Central

Ameaça a permanência indígena na Universidade - Pág. 3

A Luta na Educação contra o conservadorismo - Pág. 6

Os conflitos socioambientais no Uruguay - Pág. 8

**NÃO QUEREMOS
MINERAÇÃO
EM SÃO JOSÉ DO NORTE**



EDITORIAL

O momento atual: o Brasil na encruzilhada

Começamos a mapear os conflitos urbanos e ambientais do Extremo Sul do Brasil identificando em periódicos regionais e estaduais em no ano de 2011. Identificando quem se mobilizava, quais os temas das demandas, quem era cobrado/responsabilizado pelo problema e quem causava o impacto sobre os injustiçados. Orientando-nos pela perspectiva, de que, no núcleo dos conflitos está a disputa pela riqueza produzida, pela apropriação das terras e pelas políticas (ou falta delas), pelos governos. A riqueza, por sua vez, decorrente da transformação, apropriação e a significação da natureza está no centro das questões políticas e sociais e na disputa entre as classes e grupos sociais em nossa perspectiva teórica, acadêmica e cidadã. Dito isso faço uma análise da conjuntura atual.

A Greve dos Caminhoneiros acabou por envolver outras categorias, setores e grupos sociais que foram para as ruas nas últimas semanas, aliados a movimentos sociais populares e grupos políticos majoritariamente de esquerda. A estas manifestações agregarem-se,

porém elementos novos, das classes médias, e também militares, que pediam intervenção militar. Isso também, aconteceu na cidade do Rio Grande, RS. A alta do preço dos combustíveis decorreu da política servil do presidente, na ocasião, da Petrobrás aos interesses do “mercado” e como parte da preparação da privatização da empresa. Diz um dos principais jornais do RS durante a paralisação que tinha-se havia rompido a aliança do “mercado” com o presidente Michel Temer e seus apoiadores no parlamento. Portanto, a aliança de Temer e seus apoiadores no congresso (a Banca da BBB – Bíblia, Bala e Boi – e dos empresários parlamentares), com Eduardo Cunha, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Jucá, Eunício, Lobão, Sarney, Simon, Ulisses, Rigotto, Sartori, Heinze, Bolsonaro, Ana Amélia Lemos, etc., mais o dito “mercado” que são a Rede Globo, os Bancos, a Fiesp, a Fiergs, a RBS, a Gerdau, o agronegócio, as Lojas Riachuelo, a Localiza, etc., são os responsáveis pela crise social, econômica e política que vivemos. Além disso, os interesses dos

O OVO DA SERPENTE

Lúcio Kowarick - Extraído do jornal Le Monde Diplomatique Brasil, edição 131, 4 de junho de 2018.

As informações disponibilizadas pela CIA e divulgada em diversos jornais mostram com clareza que os presidentes militares Médici, Geisel e Figueiredo não só sabiam do que acontecia nos chamados “porões da ditadura”, como também deram aval às atrocidades cometidas, que nada mais eram execuções sumárias dos adversários. (...)

Não são poucos os jovens que desconhecem as atrocidades que marcaram o período ditatorial: mesmo alguns alunos das Ciências Sociais tem uma vaga noção do que ocorreu durante a ditadura, conforme eu e alguns colegas verificamos no decorrer da década de 2000. (...) Nesse sentido, vale apontar alguns dados que foi possível colher entre

1964 e 1979. Os referentes aos mortos, desaparecidos e assassinados durante os interrogatórios são bastante conhecidos. Em relação às violências sobre a sociedade civil, as informações são menos conhecidas e, desse modo, é importante assinalá-las. 500 mil pessoas condenadas, processadas, indicadas ou presas; 4.877 cassadas em seus direitos políticos; 10 mil exilados; 270 assuntos censurados; seiscentas peças teatrais proibidas; mil músicas que tiveram o mesmo destino; intervenção em 536 sindicatos, federações e confederações operárias, e assim por diante (*Lúcio Kowarick, A espoliação urbana, Paz e Terra, RJ, 1979*). Essa nova avalanche de informações torna necessário reabrir a po-

norte-americanos na apropriação das riquezas do país como o petróleo estão envolvidos no golpe e na situação atual.

Portanto, nosso país atravessa momentos delicados, no qual, setores da direita, grupos fascistas, entreguistas aliados ou simples servis aos interesses norte-americanos buscam radicalizar as políticas neoliberais com o Temer, PSDB, DEM, PP, e outros menores e/ou partidos de aluguel. De outro lado, somente se a esquerda, as forças populares, democráticas e nacionais com um projeto de país que enfrente a miséria, a exclusão, o desemprego, a contaminação e envenenamento pelo agronegócio e pela mineração, a falta de recursos e de políticas sociais, ambientais, educacionais, etc., que se contraponha ao projeto neoliberal poderá ser vitorioso. Para tal projeto ser vitorioso e se efetivar, deverá ser construído e sustentado na organização popular autônoma. Isto porque, a direita e os fascistas não estão para brincadeira! E o ovo da Serpente está sendo gestado!

lêmica questão da anistia. Não se trata de revanchismo, mas de um esforço para reconstituir a história na medida em que novos dados provenientes de fontes norte-americanas permitem uma revisão [de qual foi realmente] sobre o papel desempenhado pela cúpula da ditadura militar. (...)

O ovo da serpente constitui uma metáfora de um filme de Ingmar Bergman que representa o lento envenenamento da sociedade pelo nazismo na Alemanha dos anos 1920. Creio que não há exagero dizer que abaixo do Equador está se gestando um réptil que destila um conteúdo fascista que pode envenenar parte considerável de nossa sociedade.

Projetos em desenvolvimento: PESQUISA:

- 1) Mapeamento das ações da juventude rural sobre as mobilizações e conflitos socioambientais no Brasil (EPEC - Sergio Botton Barcellos)
- 2) A Injustiça Ambiental na Cidade do Porto/Portugal (Carlos R.S. Machado)
- 3) A Natureza e a Educação no pensamento socialista libertário: Contribuições à Educação Ambiental para a Justiça Ambiental (Horacio R. Souza Rodrigues - Capes)
- 4) Anarquismo, pedagogia libertária e ecologia social: fundamentações libertárias em Educação Ambiental (Leonardo L. Cunha - Capes)

CULTURA (EPEC Gabriel J.S. Vieira e Sergio Botton Barcellos): **O RAP como exercício de cidadania – projeto “Jovens a frente do Tempo”**

EXTENSÃO (Jacqueline Pádua e Sergio Botton Barcellos): **SEMINÁRIOS-RODAS DE CONVERSA SOBRE MINERAÇÃO NA METADE SUL DO RS**

Confira na página e na próxima edição mais detalhes destes projetos e outras atividades.

PARALELO 30



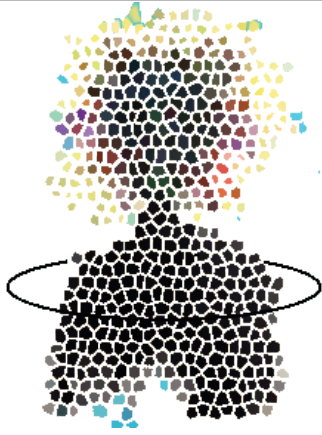
FURGF M 106,7

O paralelo 30 é um programa da APTAFURG Sindicato. As/os companheiras/os cederam um espaço para participação da equipe do Observatório dos Conflitos na primeira segunda-feira de cada mês. Confira, as 11 horas na rádio FURG FM 106,7 e TV FURG.

EXPEDIENTE: Publicação do Observatório dos Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA - FURG.

Equipe editorial: Carlos RS Machado, Sergio B. Barcellos, Horacio R Souza Rodrigues, Jacqueline Pádua, Caio Floriano dos Santos, André Barbosa, Leonardo L. Cunha.

www.observatorioconflitosextemosul.furg.br | observatoriodeconflitos@gmail.com | facebook.com/observaconflictosRS



A luta pelos direitos a educação, saúde e territorialidade dos povos indígenas

Darci Emiliano – Indígena Kaingang doutorando em Educação Ambiental - PPGEA-FURG

O **X Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental - EDEA** é um evento promovido pelos/as discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. A edição de 2018 apresenta a temática "Como ser coletivo em tempos de retrocesso?" e o evento será realizado nos dias **26, 27 e 28 de novembro**, nas dependências da FURG, no CIDECSUL. O objetivo é ser uma janela de discussão diante da atual conjuntura política brasileira e o período eleitoral, além de abrir novas possibilidades dialógicas que poderão contribuir para o amadurecimento das reflexões sobre a práxis da Educação Ambiental.

Submissão de trabalhos até dia 20 de Agosto

Site do evento:
edeafurg.wixsite.com

Um semestre do retorno de um DCE de Luta na FURG

Liliane Castro - Gestão DCE-FURG Por Nossas Vozes

Desde que assumimos a gestão, no início de 2018, temos enfrentado diversas dificuldades para conseguir retomar a função do Diretório Central dos Estudantes, que entendemos ser algo no sentido de potencializar a articulação da luta pelas demandas estudantis. Nossas dificuldades têm se dado em dois sentidos, que vai desde a burocracia até a desmobilização geral do corpo discente.

Nesse semestre, tentamos encampar as lutas pela assistência estudantil e melhoria do transporte



A nossa luta é constante no que se trata de Brasil, na questão indígena. Pra iniciar a conversa eu digo que este governo que aí está não é reconhecido pelos indígenas do Brasil, pelo fato de este governo retira os direitos da sociedade de maneira geral e também na causa indígena. Nossa causa principal é a demarcação de terras, existem muitas terras em processo de demarcação e aquelas que estão demarcadas estão poucas.

A população dos indígenas está aumentando, então a necessidade de nós tentarmos retomar o que era nosso, os indígenas realmente precisam de mais terra. Quando se fala em golpe, nós estamos passando desde o momento em que o colonizador ingressa aqui no Brasil, existem os aldeamentos das terras indígenas, quando eles empurram os indígenas para um pequeno espaço de território.

De que forma a gente sobrevive dentro das terras indígenas? Nós ainda sobrevivemos da agricultura de subsistência, não é como uma escala avançada, não é usando agrotóxicos, não é usando venenos, não é usando transgênicos, nós ainda não estamos na monocultura, a

público, porém enfrentamos uma desmobilização bem grande no tocar das tarefas. Outra dificuldade que tem se dado desde que assumimos a gestão é a questão estrutural do prédio (sede do DCE, no campus Carreiros) e as burocracias exigidas para que conseguíssemos retomar as atividades mais básicas do DCE, como confecção de carteirinhas, por exemplo.

Enfrentamos uma burocracia bastante grande para conseguir acessar a conta do Diretório e resolver as questões que estavam dadas quando assumimos a gestão, quando nos deparamos com o total sucateamento do espaço e de todos os equipamentos que ele continha, e só agora, no final do semestre, estamos conseguindo resolver es-

grande maioria. Existe um questionamento de porque os indígenas querem terra se eles não plantam? Mas a nossa forma de vida, a nossa cultura pensa diferente de como se relaciona a mãe natureza que é a terra, nós preservamos os matos. Se vocês observarem no google Earth, onde existe as terras demarcadas ainda existe um verde, existe um pouco ainda de animais que estão em extinção ou estão praticamente extintos. Nossa relação com o meio ambiente, nossa relação com os animais para nós é importante, a nossa religião, a nossa vida, está ligada diretamente com a natureza, portanto desta natureza a gente tira nossa alimentação, nós tiramos a cura por uso de ervas medicinais.

Na década de noventa houve um desmembramento de setores no governo federal onde a saúde foi pra SESAI (Secretaria da Saúde Indígena) sem o investimento que seria necessário, e que está acontecendo na saúde indígena na atualidade é as indicações políticas para esta secretaria, por exemplo quem coordena esta secretaria no norte do estado, onde existem várias terras indígenas é pessoal de in-

ter questões. As carteirinhas foram enviadas para emissão, a máquina de água quente foi concertada (inclusive compramos mais uma que ficará no prédio do movimento estudantil –yaass- para uso do pessoal que utiliza o espaço, seja para estudar ou para os eventos), também conseguimos comprar uma impressora nova para retomar as 5 impressões diárias para os/as estudantes.

Nossa perspectiva para o próximo semestre é continuar trabalhando para ativar o DCE, seja através de espaços de discussão, assembleias, atividades lúdicas, e o que mais estiver na ordem do dia para o conjunto de estudantes da FURG.

dicação dos políticos da direita, tanto na SESAI como na FUNAI, políticos que não querem nada com indígenas, são políticos anti-indígenas, esses que dizem que não teria que ter indígenas, que os indígenas não tem direito mais a demarcação de terras. Então hoje existe um conflito quanto a isso, nós indígenas não estamos aceitando isso, estamos fazendo protestos, mas que de nada está adiantando por que eles tão metendo goela abaixo.

Estamos passando também, por um processo difícil na educação, nas universidades a possibilidade da retirada da bolsa de permanência que é a bolsa do MEC. Esta é de grande auxílio para podermos continuar frequentando as universidades pelo fato de nós não termos da onde retirar para nós se manter, nós podemos falar que o indígena na questão financeira é pobre, mas temos uma riqueza cultural que é a que deve ser considerada. Mas estamos tomando providência pra tentar juntarmos força com os estudantes que estão aqui, nós temos 39 estudantes indígenas que compreende quatro etnias: Guarani, Kaingang, Fulni-ô e Pankará. Temos a necessidade de nos mobilizarmos, juntarmos os indígenas universitários de todo o RS. Por enquanto esta ameaça foi contornada, mas não sabemos por quanto tempo. A nossa permanência na FURG está um passo adiante das outras universidades, de promover que este estudante indígena não evada, que tenha uma evasão mínima, ainda é difícil, imagine tirando essa bolsa permanência, vai ser uma debandada a nível de Brasil, desses povos, já estando em dias as bolsas permanência já é difícil de segurar nosso indígena nas universidades, por um serie de fatores, é fator cultural, fator da educação da base de onde eles. Inclusive minha tese será sobre a evasão dos estudantes indígenas nos Institutos Federais, a necessidade da universidade estar preparada para estes povos diferentes.

PROJETO RETIRO: MINERAÇÃO DE METAIS PESADOS EM SÃO JOSÉ DO NORTE

Cléber Milão - Membro do Grupo de Agroecologia Econorte e da Frente contra a mineração em São José do Norte.

São José do Norte, assim como tantos outros municípios da metade sul do Rio Grande do Sul, vem sendo alvo de interesse de grandes empreendimentos, considerados sujos e de grande impacto; há décadas já vem sendo prospectado a restinga litorânea gaúcha onde se encontram os municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas, com vistas aos minérios misturados às areias. No início dos anos 2000 houve a tentativa de instalação da mineradora Paranapanema, o denominado “projeto Bujurú”, que apesar de grande mídia e mobilizações da parte dos políticos e empreendedores o projeto não logrou êxito, devido ao seu alto po-

tencial devastador, e da mobilização da comunidade.

Agora, em 2011 surgiu um “projeto Retiro” com a denominada RGM (Rio Grande Mineração), semelhante àquele. Neste começaram se reunindo com as comunidades, convencendo as pessoas a assinarem papéis, munidos de material publicitário e com um forte apoio de uma mídia - as rádios AM - principal fonte de informações das pessoas do campo. No final do ano de 2014 houve duas audiências públicas, uma no município vizinho Rio Grande e outra na sede de São José do Norte. Nestas os “ditos” empreendedores não conseguiram esconder o tamanho estrago que seria o “pro-

projeto Retiro”, e a partir destas audiências, as mobilizações foram crescendo envolvendo as pequenas associações e grupos sociais, gerando discussões e moções contrárias ao projeto que foram enviadas ao MPF (Ministério Público Federal), que aos considerá-las notificou o IBAMA. Na primeira metade de 2017 saiu a licença prévia, articulada pelo senador Lazier Martins junto ao então ministro do meio ambiente Sarney Filho, culminando com o conjunto de golpes que a sociedade brasileira pobre, as comunidades e o meio ambiente vem sofrendo. Junto a isto, os encaminhamentos para a instalação de um parque eólico foram feitos, ao qual no seu RI-

MA deixava claro a chantagem: Se a população não quiser o parque eólico a mineração seria o empreendimento interessado na área. A pretensa disputa entre parque eólico e mineração foi mera distração, pois as licenças prévias de ambos já foram encaminhadas. Diante disso, a região não suportará tamanhos impactos juntos, isto porque, as fábricas de fertilizantes, as monoculturas de pinus, os agrotóxicos e outros já são tragédias silenciosas, mas sentidas. Na página do movimento no facebook se encontram mais informações sobre a resistência e luta da população de São José do Norte.



Foto: André Barbosa



Foto: André Barbosa

Ato contra a mineração realizado em São José do Norte no dia 20 de Fevereiro de 2018

O processo de licenciamento está sendo acompanhado pelo Observatório dos Conflitos:

O processo de Licenciamento Ambiental do Projeto da Empresa Rio Grande Mineração (controlada indiretamente pela Santa Elina Mineração) se iniciou a tramitar no IBAMA em 2011. Sendo amplamente anunciado no ano de 2014 em decorrência da realização de duas Audiências Públicas, nos municípios de Rio Grande e São José do Norte (respectivamente). Foi nesse momento que a comunidade nortense ficou sabendo do referido projeto e começou, de alguma forma, se organizar para debater o projeto.

No ano de 2017 em virtude da emissão da segunda licença pelo

órgão ambiental se organizou, por iniciativa da Câmara Municipal de São José do Norte, uma Audiência Pública para se discutir o projeto. Com a participação da comunidade e de lideranças do município se posicionando contrariamente a instalação do projeto (com exceção do Executivo municipal). Cabe o destaque que nem a empresa e o órgão ambiental responsável pelo licenciamento (IBAMA) se fizeram presentes. Em 2018 já ocorreram uma manifestação em São José do Norte com a participação do MAM Nacional (Movimento pela Soberania Popular na Mineração) e uma Audiência na Assembléia Legislativa

do Estado do Rio Grande do Sul. Nesses espaços alguns questionamentos são constantes e mostram falhas no processo de Licenciamento Ambiental, como por exemplo: participação no processo de Licenciamento Ambiental da população restrita as duas APs de 2014; Falta de diálogo entre órgão ambiental e comunidade; uma insegurança sobre a possível contaminação da água do lençol freático (uma vez que São José do Norte é abastecida por essa); A não consideração nos estudos sobre a população tradicional de pescadores; A não consideração dos impactos na Lagoa dos Patos em virtude do

transporte dos minérios; e outros. A Lista de questionamentos referentes ao projeto são inúmeros e foram realizados ao longo de todo processo de Licenciamento Ambiental. E, em nenhum momento sendo respondido de forma satisfatória. Esses questionamentos foram realizados pela população, movimentos sociais, entidades, pesquisadores, Ministério Público Federal e outros. A única certeza é o impacto ambiental negativo que será causado na vida da população rural do município de São José do Norte, e que mesmo dizendo não continua sem ser escutada pelo órgão licenciador.

PROJETO CAÇAPAVA DO SUL - MINERAÇÃO DE METAIS PESADOS NA BACIA DO RIO CAMAQUÃ

Vera Colares - Movimento em Defesa da Bacia do Rio Camaquã

No final de julho de 2016, moradores de Palmas, zona rural do município de Bagé, RS ao tomarem conhecimento da existência do Projeto de Mineração da Votorantim Metais Holding (atualmente NEXA RESOURCES), e da canadense lamgold Brasil, com pretensão de ser instalado na localidade das Guaritas, em Caçapava do Sul, na Bacia do Rio Camaquã, para extração de metais pesados (cobre, chumbo e zinco), altamente lesivos aos seres vivos e ao meio ambiente, representaram contra o projeto no Ministério Público Federal. Em seguida, ficamos sabendo que a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), também havia denunciado o caso ao MPF. Assim sendo, unimos esforços e passamos a trabalhar em conjunto.

No dia 06/11/2016, organizamos em Palmas (Bagé/RS), um grande encontro, nas margens do Rio Camaquã, com a presença de aproximadamente 400 pessoas, no qual foi lançado, como ato de resistência, o Manifesto de Palmas contra a mineração no Rio Camaquã, encaminhado ao governador do Rio Grande do Sul. Solicitávamos uma audiência, que até agora, não tivemos retorno do governador Sartori!

A partir de então, formou-se então uma grande frente de defesa do Rio Camaquã e seu ecossistema com a participação de universidades, entidades, associações, sindicatos, autoridades e comunidades de diversos municípios gaúchos, especialmente daqueles nas proximidades da bacia do Rio Camaquã, com a realização de diversas audiências públicas, inclusive na assembleia

legislativa do estado do Rio Grande do Sul.

Por que lutamos incansavelmente contra o projeto Caçapava do Sul?

O empreendimento, se instalado, ficará localizado nas Guaritas (Caçapava do Sul), mais precisamente a apenas 800 metros do Rio Camaquã, na divisa com o Distrito de Palmas (Bagé), na região mais preservada do Bioma Pampa (mais de 80% da cobertura vegetal original), declarada uma das sétimas maravilhas do Rio Grande do Sul e integrante da Associação Mundial de Montanhas Famosas, além de ser considerada de prioridade máxima para o Ministério do Meio Ambiente. Essa região possui grande riqueza de espécies animais e vegetais, inclusive, diversas delas, ameaçadas de extinção. Sem considerar tudo isso, a mineradora pretende captar 150 m³/h do rio, o que causará o seu assoreamento e a diminuição drástica do volume de água, situação que agravará a, já precária, situação dos municípios da Bacia do Rio Camaquã. A Bacia já sofre constantemente com estiagens, como a que ocorreu no verão passado (2017-2018), culminando, inclusive, com a decretação de situação de calamidade pública em vários dos municípios, sendo esse rio uma das poucas fontes de água perene, utili-

zada para abastecimento de residências e dessedentação de animais.

Conforme o projeto, além da poluição causada pela extração, os rejeitos, são de aproximadamente 95% de tudo que é retirado da mina, seriam depositados em pilhas a céu aberto, causando efeitos nocivos a saúde e ao meio ambiente de forma perpétua, pois ficariam sujeitos às intempéries do tempo e, consequentemente, seriam transportados para o Rio Camaquã e para o meio ambiente, atingindo os 28 municípios que formam a Bacia do Camaquã, chegando, também até a Lagoa dos Patos (região onde nos localizamos), e ao Oceano Atlântico.

A região a ser impactada pelo empreendimento possui características culturais próprias, com modo de vida diferenciado, próprias dos primeiros povos que habitaram essas terras, o qual vem sendo mantida e transmitida de geração em geração. Destacando-se atividades de interesse antropológico como: a esquila a "martelo", a camperada, a doma, a tropeada, o modo de manejar os animais, o churrasco no fogo de chão, a pesca artesanal, a música, a dança, o trabalho em couro cru, o artesanato em lã e demais materiais, os doces de "tacho", as receitas de pães, bolos e comidas campeiras, entre tan-

tos outros, os quais correm o risco de desaparecerem. Além disso, a região do Alto Camaquã tem como base econômica a pecuária, através de técnicas não invasivas, atividade incompatível com a mineração e que seria inviabilizada, pois os produtos como carne, mel, leite, queijo e doces, ficariam contaminados com chumbo e outros produtos tóxicos, tornando-se impróprios para o consumo.

Este projeto é o primeiro projeto minerário, de muitos outros solicitados, para a metade sul do nosso Estado, que ao serem aprovados prejudicarão milhares de famílias que criam animais, de agricultores e pescadores artesanais já estabelecidos que, perderiam sua fonte de renda e suas terras, seus meios de vida e histórias construídas. Por fim, esse projeto viola a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, pois afetará populações e comunidades tradicionais que vivem aí desde o século XVIII e são protegidas por esta norma. Como resultado destas lutas e mobilizações a FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental do RS), exigiu complementação de informações a empresa, não tendo emitido licença prévia até o presente momento... mas, a luta continua!



A Luta na Educação contra os ataques do conservadorismo em Rio Grande

Dóris Regina Acosta Nogueira - SINTERG (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande)

Essa questão da escola sem partido, da lei da mordada faz parte de um projeto nacional, ela não caiu aqui em nossa cidade de paraquedas por obra, graça e inteligência dos vereadores que as propuseram. Nós estamos travando uma batalha contra este projeto da escola sem partido, da lei da mordada, desde 2015 quando da votação do Plano Municipal de Educação. Nesta época foi realizada a Conferência Municipal de Educação, tinham mais de 800 delegados, rede municipal, rede estadual, rede privada, universidade e comunidade também. Semelhante ao Plano Nacional de Educação, que foi uma articulação muito bem discutida com toda a sociedade, mas já havia na época no senado e na câmara dos deputados uma articulação muito grande por parte da bancada evangélica e da bancada católica, cujo objetivo era eliminar do Plano Nacional de Educação toda e qualquer questão relacionada a gênero, e aqui não foi diferente, o nosso Plano Municipal de Educação que foi tão debatido, discutido e elaborado também com as comunidades, chegou na câmara de vereadores em 2015 sob um forte aparato policial, na época o presidente da câmara, vereador Tiaguinho (MDB) chamou inclusive a tropa de choque, por que foi promovida uma verdadeira guerra entre a população.

Eles exigiam que fosse retirado todos aqueles avanços nas áreas sociais, entre eles a questão do nome social por exemplo. Então se travou uma verdadeira batalha, foram dois dias de guerra mesmo, com tropa de choque, com a brigada, com os cães. Por fim eles distribuíram senhas, cada vereador ficou com 5 senhas, nós educadores ficamos em minoria dentro da câmara e o que se viu foi um horror. De um lado nós defendendo a livre expressão em sala de aula e do outro lado, as comunidades evangélicas e católicas, lideradas na época pelo ex vereador Roldão e pelo vereador Júlio Cesar, com cartazes, fotos de crianças com os dizeres menino é

menino, menina é menina.

Passou o Plano Municipal de Educação sem as questões de gênero, o mesmo aconteceu a no estado e no país. Acompanhamos a votação do Plano Nacional de Educação em Brasília e vimos como a bancada religiosa estavam bem articulada. De uns dois anos pra cá começaram a serem propostos e aprovados, nas câmaras de vereadores em várias cidades do país, projetos de lei que eles chamam de programa “escola sem ideologia de gênero”, embora o STF tenha dito que são inconstitucionais. Aqui em rio grande não foi diferente, o vereador Júlio César (MDB), mais conhecido como pacotinho, protocolou no final do expediente do dia 23 de outubro, uma sexta-feira, um projeto de lei que pretendia “instituir no âmbito do sistema municipal de ensino o programa escola sem ideologia de gênero”. No mesmo momento o vereador Jair Rizzo (PSB) também protocolou um projeto que quer “proibir o acesso de crianças e adolescentes a imagens músicas ou textos pornográficos ou obscenos no âmbito do município do rio grande e dá outras providências”. Este em seu parágrafo segundo diz que “órgãos e servidores públicos municipais podem cooperar na formação moral de crianças e adolescentes, desde que previamente apresentem as famílias material pedagógico, cartilha ou folder”. Ou seja, retirando do professor perdendo a sua autonomia. Além deste foi também protocolado um terceiro, de autoria do vereador batatinha que instituiu o dia do orgulho hétero, que nós chamamos de “machos day”. A nossa articulação foi imediata, nós mobilizamos a nossa base, entramos em contato com o pessoal da FURG, principalmente com o pessoal do GESE – Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade. Este grupo desenvolve o programa “escolas promotoras da igualdade de Gênero”.

Nos mobilizamos, ocupamos a câmara de vereadores, conseguimos barrar a votação, a votação foi adiada, enquanto isso o



Foto: Marinho Teixeira

projeto foi pra comissão da câmara, fizeram uma consulta também em porto alegre, e foi apontada inconstitucionalidade. Nesse meio tempo nós organizamos um grupo o grupo da resistência, com SINTERG, CPERS, APROFURG, APTAFURG, GESE e algumas diretoras de escolas promotoras da igualdade de gênero. Junto com a nossa assessoria jurídica fizemos a denúncia desses projetos ao ministério público estadual (que prometeu tomar as medidas cabíveis quando chegasse o processo) e federal (que não quis se manifestar por que disse que não era do seu âmbito). A presidência da câmara, já neste ano, nos informou que dois projetos foram retirados, arquivados por inconstitucionais, um sendo o do pacotinho (da escola sem ideologia de gênero) e outro o do batatinha (do dia do orgulho hétero). O que está tramitando na casa que ainda não foi arquivado, do Jair Rizzo, é aquele que mesmo tendo uma redação diferente do primeiro, do Pacotinho também cerceia a autonomia pedagógica de professores).

As colegas de uma EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil Déborah Thomé Sayão) trabalham com as questões de gênero, ano passado o G1 fez uma reportagem sobre a escola. Aí assanhou eles, nunca se desarticularam, mas ficavam quietos até então desde a votação do plano. Tivemos também na câmara por solicitação da professora Denise (PT) a aprovação de repúdio ao projeto da cura gay, que deu visibilidade ao tema. Isto tem desdobramentos práticos ruins, pois temos uma colega que está sendo processada pela mãe de

uma aluna por trabalhar o projeto na escola, que inclusive ofendeu publicamente a professora no microfone do plenário da câmara. Ela está respondendo criminalmente por trabalhar o projeto do GESE na sala de aula, é uma questão muito séria. A nossa assessoria jurídica fez a defesa dela, aguarda o julgamento. Inclusive teve outra colega na escola que saiu do projeto, por estar abalada também emocionalmente.

Recentemente o Júlio Cesar (Pacotinho) entrou com dois requerimentos na câmara de vereadores, um solicitando que o secretário de educação compareça na câmara de vereadores para dar explicações sobre as questões de ideologia de gênero nas escolas. Outro que a reitoria da FURG preste explicações sobre o GESE. Isto por que é ano de eleições e ele quer se promover, pois é candidato a deputado federal. Mas nós estamos atentas que estes requerimento deles não vá adiante, é puramente eleitoreiro. Até o presente momento os requerimentos não foram ao plenário, e estamos nos articulando para impedir a aprovação dos mesmos.

O que é preocupante é o professor não ter a autonomia em sala de aula, e o fato de qualquer pessoa se achar no direito de intervir no fazer pedagógico. Ninguém vai ao médico e diz que ele tem que operar de trás pra frente, mas com a educação as pessoas se acham no direito de intervir e de palpar mesmo que não tenham conhecimento teórico nenhum. O que as colegas trabalham dentro da escola é a questão do respeito, dos respeito às individualidades, a não discriminação, o fim ao preconceito.



Notas sobre gênero e educação ambiental

Dárcia Amaro Ávila - Doutora em Educação Ambiental - PPGEA-FURG

Na atualidade presenciamos o discurso do desenvolvimento sustentável como uma verdade que articula o conceito de gênero. Instituí o gênero como o quinto objetivo da agenda global 2030 para o desenvolvimento sustentável, de 2015, tornando-se uma das prioridades para as Nações Unidas, Governos e Estados. Apresentando questões polêmicas a respeito das esferas políticas, sociais, ambientais e econômicas, pois há que se atentar para sua potência discursiva nos nossos modos de ser e estar no mundo na contemporaneidade. Equidade de gênero, diferença de gênero, análise de gênero e equilíbrio de gênero são utilizados na atualidade para destacar os problemas decorrentes que afetam, principalmente, as mulheres e o investimento nas mesmas, no combate à pobreza, manejo dos recursos naturais, desastres ambientais etc.

Neste viés, que a partir de problematizações dos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) e Grupo de Pesquisa em Educação Cultura, Ambiente e Filosofia (GEECAF), ambos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG temos apontado às potencialidades da educação ambiental e dos estudos de gênero articulados. Ao pensar a humanidade, a natureza e suas relações planetárias, a educação ambiental pode se tornar uma importante ferr-

menta de contestação dessas verdades que têm produzido nossas ações e formas de ser sujeito. Além disso, a educação ambiental nos possibilita reinventar uma outra sociedade preocupada com o combate as violências, as desigualdades, os desastres ambientais, as mudanças climáticas, a justiça ambiental, a igualdade de gênero, entre outras questões. Com isso, falar sobre gênero na seara ambiental coloca em questão uma série de problematizações que não podem deixar de serem debatidas por aqueles e aquelas preocupados e preocupadas com outras formas de existência no planeta.

As mulheres em alguns países, por exemplo, sofrem duas vezes mais com infecções respiratórias que os homens na exposição das atividades domésticas, estão submetidas a pobreza e desigualdades sociais, econômicas e políticas. Os sujeitos com uma identidade diferente daquela que estamos acostumados e acostumadas a identificar como masculino e feminino são submetidos às violências constantes fazendo o Brasil ser um dos países que mais assassina LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer). Assim o gênero e as questões que colocam para uma problematização, são essenciais para reinventarmos uma sociedade igualitária, democrática e justa para todas as pessoas. Por isso, a importância de sua discussão nos diferentes espaços sociais, como por exemplo a escola. Ainda que alguns grupos propaguem a aversão e o ódio às questões de gênero nas políticas educacionais, a sua problematização se faz presente, pois ela é constituída pelas relações humanas.

Patriarcado: Um conceito necessário

Amanda Motta Ângelo e Marcio Caetano - IE FURG

O conceito de gênero se interpenetra com o conceito de patriarcado, pois é o conceito de patriarcado que explica a estrutura social que inferioriza as mulheres. Para Marcela Lagarde (2012), a definição de patriarcado foi realizada em 1861 por Henry Maine, que o define como a lei do Pai. Didaticamente, Ivone Gebara (2007, p. 19) explica: “sociedade patriarcal significa que a maneira pela qual somos educados é marcada por concepções que valorizam um referencial teórico masculino mais do que o feminino”. Para Hierrro (1990, p. 5), “el patriarcado que justifica su rechazo tildándola de la culpable de los males que a quejan la humanidad. El exterminio de las brujas en la Edad Media, no se debió al hecho de que poseían poderes ocultos, sino por ser mujeres”. Marcela Lagarde (2011, p. 91) assim define: “El patriarcado es uno de los espacios históricos del poder masculino que encuentra su asiento en las más diversas formaciones sociales y se conforma por varios ejes de relaciones sociales y contenidos culturales”. Segundo Neuma Aguiar (2000, p. 01), “o patriarcado se pauta pela dominação do público sobre o privado”.

Sendo assim, historicamente, o que é produzido pelas mulheres no cotidiano privado é avaliado como de menor valor social, se comparado ao que é produzido pelos homens nos espaços públicos. Contudo, o patriarcado, ao negar às mulheres o espaço público, não necessariamente dá poder às mesmas no espaço privado, isso porque muitas vezes as decisões a decisão final dentro do espaço “destinado às mulheres” ou seja: A casa, em grande medida, também continua sendo dos homens.

Compreendemos ser necessário a retomada da leitura dos escritos de Heleiete Saffioti que, há 29 anos, no pequeno livro intitulado O poder do macho, a socióloga brasileira vai explicar a dominação do masculino e seus desdobramentos que colocam em desvantagem e vulnerabilidade as mulheres. Nas palavras de Lagarde, “la dominación patriarcal que gera la opresión de las mujeres se logra a través de la forma de expropiación, discriminación y violencia” (LAGARDE, 2012, p 364). Para a mesma autora, “el poder patriarcal no se expresa solo en sí mismo, sino que siempre se presenta articulando con outros poderes, así, el poder patriarcal es sexista, pero es también classista, etnicista, racista, imperialista, etc. (LAGARDE, 2011).

Desta forma, o domínio patriarcal atinge não somente as mulheres, mas a todos/as que estão distantes do “ideal” imposto pelo patriarcado. A sociedade construída para inferiorizar as mulheres também é nociva aos homens, às pessoas com baixo poder de consumo, às minorias étnicas, aos homossexuais, crianças, pobres e com baixa escolaridade. Portanto, podemos perceber que “estar bem na sociedade patriarcal” é algo para pouquíssimas pessoas.



El agua en Uruguay y los efectos de un modelo no sustentable pero sostenido: dos breves ejemplos

Segura, A.M.¹, Verrastro, N.¹, Kruk, C.^{1,2}, Piccini C.³, Arismendi, E.², Frank, N.¹ y Quintero, J.¹

1-Centro Universitario Regional Este- Universidad de la República, Uruguay

2-Facultad de Ciencias, Universidad de la República, Uruguay

3-Instituto de Investigaciones Biológicas Clemente Estable

El Uruguay posee una rica red de sistemas acuáticos superficiales y subterráneos históricamente caracterizados por abundante agua de buena calidad. Sin embargo, en las últimas décadas, el avance de un modelo de producción intensivo basado en insumos ha generado pérdidas notorias en la calidad del agua. Esto ha suscitado críticas por parte de varias organizaciones sociales, ambientalistas y de la academia. Sin embargo, desde el Poder Ejecutivo se continúan profundizando medidas que favorecen este tipo de producción en detrimento de la calidad ambiental y la salud humana. Estos problemas se incrementan notoriamente, pero es posible visualizarlos en esquemas productivos de más de 80 años. Por

lo tanto, las prácticas agroexportadoras implican modificaciones a gran escala del paisaje que resultan en la pérdida de calidad de agua. De esto se pueden identificar dos problemáticas i) uso intensivo de fertilizantes, ii) el uso masivo de biocidas (venenos que se utilizan para matar especies no deseadas). En ambos casos, las sustancias arriban a los cuerpos de agua por escorrentía contaminándolos y modificando su funcionamiento, favoreciendo en forma sinérgica, la eutrofización, que promueve el desarrollo de cianobacterias potencialmente tóxicas y la bioacumulación de biocidas en agua y organismos. Este fenómeno es generalizado en el litoral Oeste, donde predominan los cultivos de Soja, y donde se registró que de 200 peces

analizados, el 96% presentó alguna sustancia biocida en su tejido muscular y en promedio presentaron 4 sustancias por pez. En esta zona se han registrado además demandas por fumigaciones y efectos adversos sobre pobladores locales. En lo que respecta a la eutrofización, en el Río Uruguay y el Río Negro, los valores de nutrientes exceden los valores aconsejables y en todas las estaciones analizadas se detectaron floraciones y genes de cianobacterias potencialmente tóxicas. Estos ríos son los dos principales cuerpos de agua del país, distribuyendo las floraciones tóxicas y los biocidas a lo largo del territorio, localmente y aguas abajo. Sin embargo, la información sobre los efectos en la salud ecosistémica y humana son minimizados o en general poco conocidos por los profesionales de la salud.

culación y dependencia con el mercado mundial, impone patrones de productividad del trabajo y ganancias que deben ser cumplidos por los capitales de esos rubros para mantenerse competitivos. El interés del Estado en la expansión de capital en la economía nacional –máxime en momentos de desaceleración–, repercute en denodados apoyos a los mismos, anteponiéndose su expansión sobre los impactos humanos y ambientales generados por su “desarrollo”. En ese sentido, los controles estatales sobre las prácticas empresariales y sus impactos, y el involucramiento de la población en dichos controles, han sido relegados a pesar del discurso gubernamental sobre su importancia y la promulgación de herramientas legales.

Observatorios socio-ambientales en las escuelas rurales: posibilidades en Uruguay

Solana Gonzalez

Professora Fac.Veterinária/Udelar/Uruguay - Doutoranda PPGEA/FURG

Mi trabajo parte de la hipótesis de que las Escuelas Rurales (ER) de Uruguay, son espacios culturales, sociales e históricos, donde los pobladores rurales se encuentran, y buscan en los maestros/as uno de los pocos vínculos con el Estado. La potencialidad de las ER, su amplia distribución, su calidad educativa y humana la hacen potencialmente un Observatorio-Socio Ambientales (OSAs). Esto porque, hoy en el Uruguay en lo rural ocurre un desplazamiento de sus pobladores, destrucción de los ecosistemas por la expansión de los monocultivos, la forestación, la ganadería intensiva, etc. impactando sobre las escuelas, los niños y maestros, y los pueblos que ahí viven. Pero, en el medio rural se suman las diferentes representaciones de “conservación” de la Naturaleza y de usos de los recursos naturales, con diferentes y antagónicas concepciones en un mismo territorio. Por ejemplo, la concepción de “protección” por parte

del Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP-MVOTMA), que se mezcla y se enfrenta con la Sociedad Civil, y por otro lado las políticas estatales del gobiernos que impulsan un modelo de “desarrollo” extractivistas. Sin desconsiderar las políticas empresariales e rurales contaminantes y de explotación de la tierra, aguas e etc. Frente a este panorama, la población rural, su cultura, resisten y presentan la potencialidad de ser los protagonistas sus pobladores, explicitando los conflictos ambientales de la zona y demandando justicia. Por lo tanto, las investigaciones apuntan a reflexionar, estimular, potenciar la posibilidad de pensar a las ERs como OSAs como espacios de reflexión en el territorio, tomando a la Educación Ambiental Crítica, transformadora, como herramienta de trabajo, y a la (in)justicia ambiental que sufre toda América Latina como bandera de lucha.

En el año 2008 el Estado aprobó la Ley n° 18308 de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sustentable donde la participación ciudadana es requerimiento fundamental en la elaboración, implementación y evaluación de los planes de desarrollo o planes locales y especiales (art. 6, 24 y 25). Sin embargo, las decisiones y los lineamientos son promulgados sin deliberación participativa, o donde la participación se restringe a instancias meramente informativas y no vinculantes. Por otro lado, se promulgan iniciativas de forma sectorial, como la denominada ley de riego con destino agrario, o se definen mega-emprendimientos (nueva planta de celulosa -UPM), con grandes impactos sobre la calidad de agua y sin la aprobación de la población en general. La oposición a estos proyectos se da en forma de plebiscitos y movilizaciones de parte de la sociedad organizada que pone de manifiesto la destructividad de la expansión del capital – característica de nuestras sociedades– y sus contradicciones.

En ambos sectores productivos, las prácticas señaladas se enmarcan en las exigencias y formas de producción predominantes en esos rubros a nivel mundial. Su arti-